

- 1 JUL 1986

Meuro Santayanna, Afonso Arinos, Mário Martins e Cândido Mendes participam da reunião da Comissão Constitucional

Comissão constitucional define os princípios e declaração de direitos

Do enviado especial a Itaipava

CONSTITUINTE 86



"O Brasil é uma República Federativa, fundada no Estado democrático de Direito, que visa a promoção da pessoa em convivência pacífica com todos os povos". Este é o texto que vai abrir o anteprojeto de constituição que a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais entregará ao presidente Sarney, para servir de subsídio ao Congresso constituinte. O artigo primeiro foi aprovado na tarde de ontem, na abertura do "esforço concentrado", série de reuniões plenárias que a comissão vai realizar até o dia 12, no Centro de Estudos e Conferências (Centrecon) do Ministério das Minas e Energia, em Itaipava, distrito de Petrópolis, a 66 km do Rio.

O "esforço" começou em ritmo lento: em cinco horas de reunião (das 15 às 20h) foram discutidos e votados apenas os seis primeiros artigos, relativos ao capítulo 1 — "Princípios

Fundamentais da Ordem Constitucional, Organização Internacional, Declaração de Direitos". O relator do capítulo, Cândido Mendes de Almeida, disse que "uma Constituição que sai do túnel do autoritarismo tem que começar, apresentar seus clarins de abertura, na declaração de direitos". Este começo, aprovado ontem, inclui o artigo que afirma: "Todo poder emana do povo e em seu nome será exercido", manteve a bandeira e o hino como símbolos nacionais, definiu o português como língua nacional do Brasil e garantiu a "todos" o direito "em pleno exercício da cidadania, cabendo ao Estado garantir formal e materialmente a sua eficácia". O direito ao aperfeiçoamento da organização do Estado e a participação em suas decisões também foi aprovado.

O presidente da comissão, ex-chanceler Afonso Arinos de Mello Franco, 80, na abertura dos trabalhos, manifestou sua preocupação com "os três pontos de maior polêmica" criados pelos debates da comissão: a extinção da obrigatoriedade de diploma

universitário para exercício da profissão de jornalista, a redução do poder e da área de atuação das Polícias Militares e a retirada da expressão "manutenção da lei e da ordem" da definição da competência das Forças Armadas.

Entre as propostas polêmicas, apenas o fim do diploma para o jornalista ainda não aprovado em plenária. Hoje, a comissão discutirá o direito de todos ao "acesso às referências e informações a seu respeito, registrada por entidades públicas ou particulares" e de "alegarem imperativo de consciência para eximir-se da obrigatoriedade do serviço militar". A liberdade de expressão e a censura aos espetáculos de diversões públicas também serão debatidos.

Dos 51 membros da comissão 29 participaram da reunião de ontem em Itaipava, quatro deles (Clovis Ferro Costa, Luiz Pinto Ferreira, José Meira e José Francisco da Silva) levaram suas mulheres pagando as despesas das mesmas.

1 JUL 1986

FOLHA DE SÃO PAULO